

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	55
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	57
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	58
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidade)	Trimestre Atual 31/03/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	880.653.030
Preferenciais	0
Total	880.653.030
Em Tesouraria	
Ordinárias	1
Preferenciais	0
Total	1

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	18.323.998	18.252.154
1.01	Ativo Circulante	5.527.418	5.219.827
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	677.712	222.610
1.01.03	Contas a Receber	2.365.739	2.256.837
1.01.03.01	Clientes	2.365.739	2.256.837
1.01.04	Estoques	16.189	13.635
1.01.06	Tributos a Recuperar	850.971	614.539
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	850.971	614.539
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.812	463
1.01.06.01.02	Outros tributos a compensar	106.443	81.979
1.01.06.01.03	PIS/ COFINS a compensar sobre ICMS	742.716	532.097
1.01.07	Despesas Antecipadas	53.110	45.775
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.563.697	2.066.431
1.01.08.03	Outros	1.563.697	2.066.431
1.01.08.03.01	Outros créditos	393.377	588.219
1.01.08.03.02	Derivativos	86.944	212.159
1.01.08.03.06	Ativo financeiro setorial	1.083.376	1.266.053
1.02	Ativo Não Circulante	12.796.580	13.032.327
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	10.026.925	10.414.163
1.02.01.04	Contas a Receber	64.721	70.350
1.02.01.04.01	Clientes	64.721	70.350
1.02.01.07	Tributos Diferidos	164.050	45.237
1.02.01.07.02	Créditos fiscais diferidos	164.050	45.237
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	7.456	7.419
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	9.790.698	10.291.157
1.02.01.10.03	Derivativos	65.860	431.367
1.02.01.10.04	Depósitos judiciais	397.132	391.381
1.02.01.10.05	Imposto de renda e contribuição social a compensar	2.101	2.101
1.02.01.10.06	Outros tributos a compensar	123.314	108.037
1.02.01.10.07	Ativo financeiro da concessão	5.671.643	5.340.203
1.02.01.10.09	PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	3.493.213	3.713.293
1.02.01.10.10	Outros créditos	8.565	7.448
1.02.01.10.11	Ativo financeiro setorial	28.870	297.327
1.02.04	Intangível	2.769.655	2.618.164
1.02.04.01	Intangíveis	2.769.655	2.618.164
1.02.04.01.02	Intangíveis	1.774.394	1.786.710
1.02.04.01.03	Ativo contratual	995.261	831.454

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	18.323.998	18.252.154
2.01	Passivo Circulante	5.126.714	4.671.713
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	50.733	45.713
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	50.733	45.713
2.01.01.02.01	Obrigações estimadas com pessoal	50.733	45.713
2.01.02	Fornecedores	1.399.595	1.825.611
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.399.595	1.825.611
2.01.03	Obrigações Fiscais	504.862	482.883
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	203.311	104.250
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	130.384	46.750
2.01.03.01.02	Programa de integração social - PIS	10.311	6.423
2.01.03.01.03	Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	48.544	30.235
2.01.03.01.04	Outras obrigações federais	14.072	15.326
2.01.03.01.05	IRRF sobre juros sobre o capital próprio	0	5.516
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	298.404	375.606
2.01.03.02.01	Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	298.404	375.606
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.147	3.027
2.01.03.03.01	Outras obrigações municipais	3.147	3.027
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.005.469	1.061.034
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.661.844	771.157
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	85.601	83.195
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.576.243	687.962
2.01.04.02	Debêntures	343.625	289.877
2.01.04.02.01	Debêntures	343.625	289.877
2.01.05	Outras Obrigações	1.166.055	1.256.472
2.01.05.02	Outros	1.166.055	1.256.472
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	31.260	31.260
2.01.05.02.04	Entidade de previdência privada	385.778	376.894
2.01.05.02.07	Outras contas a pagar	584.381	583.291
2.01.05.02.08	Taxas regulamentares	30.105	265.027
2.01.05.02.09	PIS/COFINS devolução consumidores	81.697	0
2.01.05.02.11	Derivativos	52.834	0
2.02	Passivo Não Circulante	11.313.415	12.029.407
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.229.874	5.937.440
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.484.161	3.956.184
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.780.983	1.500.697
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	703.178	2.455.487
2.02.01.02	Debêntures	2.745.713	1.981.256
2.02.01.02.01	Debêntures	2.745.713	1.981.256
2.02.02	Outras Obrigações	5.918.529	5.926.814
2.02.02.02	Outros	5.918.529	5.926.814
2.02.02.02.03	Entidade de previdência privada	1.522.628	1.610.332
2.02.02.02.07	Impostos, taxas e contribuições	32.362	32.001
2.02.02.02.08	Outras contas a pagar	26.184	35.408
2.02.02.02.09	Passivo financeiro setorial	101.035	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2.02.02.02.10	Fornecedores	0	3.683
2.02.02.02.11	PIS/COFINS devolução consumidores	4.236.320	4.245.390
2.02.04	Provisões	165.012	165.153
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	165.012	165.153
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	11.084	10.950
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	74.114	74.415
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	79.419	79.403
2.02.04.01.05	Outros	395	385
2.03	Patrimônio Líquido	1.883.869	1.551.034
2.03.01	Capital Social Realizado	1.343.323	1.343.323
2.03.02	Reservas de Capital	109.293	109.293
2.03.02.07	Outros	109.293	109.293
2.03.04	Reservas de Lucros	1.642.350	1.642.350
2.03.04.01	Reserva Legal	237.550	237.550
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	1.139.828	1.139.828
2.03.04.11	Reserva estatutária - reforço de capital de giro	264.972	264.972
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	334.285	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.545.382	-1.543.932

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.480.492	3.158.607
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.694.727	-2.581.595
3.02.01	Custo com energia elétrica	-2.003.594	-2.102.297
3.02.03	Custo do serviço prestado a terceiros	-432.809	-246.885
3.02.04	Custo de operação - amortização	-74.911	-65.543
3.02.05	Custo de operação - outros	-183.413	-166.870
3.03	Resultado Bruto	785.765	577.012
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-186.093	-161.134
3.04.01	Despesas com Vendas	-99.052	-78.898
3.04.01.01	Amortização	-562	-529
3.04.01.02	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-45.709	-23.565
3.04.01.03	Outras despesas com vendas	-52.781	-54.804
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-79.604	-81.556
3.04.02.01	Amortização	-10.551	-9.732
3.04.02.02	Outras despesas gerais e administrativas	-69.053	-71.824
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-7.437	-680
3.04.05.02	Outras despesas operacionais	-7.437	-680
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	599.672	415.878
3.06	Resultado Financeiro	-80.860	-31.120
3.06.01	Receitas Financeiras	205.207	81.116
3.06.02	Despesas Financeiras	-286.067	-112.236
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	518.812	384.758
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-184.527	-137.945
3.08.01	Corrente	-302.594	-26.844
3.08.02	Diferido	118.067	-111.101
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	334.285	246.813
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	334.285	246.813
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,38	0,28

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	334.285	246.813
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.449	-3.380
4.02.01	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros líquidos dos efeitos tributários	-1.449	-3.380
4.03	Resultado Abrangente do Período	332.835	243.433

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	283.030	-133.914
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	709.324	533.752
6.01.01.01	Lucro líquido antes da CSLL e IRPJ	518.811	384.758
6.01.01.02	Amortização	86.023	75.804
6.01.01.03	Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	6.759	7.813
6.01.01.04	Encargos dívidas e atualizações monetárias e cambiais	2.840	1.908
6.01.01.06	Perda (ganho) na baixa de não circulante	6.686	-108
6.01.01.08	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	45.709	23.565
6.01.01.11	Despesa (receita) com entidade de previdência privada	42.496	40.012
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-154.536	-595.544
6.01.02.01	Consumidores, concessionárias e permissionárias	-336.050	-62.028
6.01.02.03	Tributos a compensar	40.607	-8.894
6.01.02.04	Depósitos judiciais	1.551	3.221
6.01.02.05	Contas a receber - CDE	-15.626	-39.485
6.01.02.06	Ativo financeiro setorial	529.085	-178.920
6.01.02.10	Outros ativos operacionais	398.388	-108.379
6.01.02.11	Fornecedores	-429.698	-279.043
6.01.02.13	Outros tributos e contribuições sociais	-60.297	-14.916
6.01.02.14	Outras obrigações com entidade de previdência privada	-121.315	-71.679
6.01.02.16	Taxas regulamentares	-234.922	6.853
6.01.02.17	Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	-11.951	-9.315
6.01.02.18	Passivo financeiro setorial	94.634	75.361
6.01.02.19	Contas a pagar - CDE	0	-6.921
6.01.02.20	Outros passivos operacionais	-8.942	98.601
6.01.03	Outros	-271.758	-72.122
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social pagos	-220.318	-29.745
6.01.03.02	Encargos de dívida e debêntures pagos	-51.440	-42.377
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-445.508	54.492
6.02.01	Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - resgates	25.959	300.008
6.02.02	Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - aplicações	-25.750	0
6.02.05	Adições ativo contratual	-445.717	-245.516
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	617.580	-17.633
6.03.01	Captação de empréstimos e debêntures	1.010.936	0
6.03.02	Amortização de principal de empréstimos e debêntures	-458.616	-18.640
6.03.03	Liquidação de operações com derivativos	65.260	1.007
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	455.102	-97.055
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	222.610	938.375
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	677.712	841.320

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.343.323	109.293	1.642.350	0	-1.543.932	1.551.034
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.343.323	109.293	1.642.350	0	-1.543.932	1.551.034
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	334.285	-1.449	332.836
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	334.285	0	334.285
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.449	-1.449
5.05.02.06	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	0	0	0	0	-1.449	-1.449
5.07	Saldos Finais	1.343.323	109.293	1.642.350	334.285	-1.545.381	1.883.870

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.325.848	126.767	848.885	0	-1.462.209	839.291
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.325.848	126.767	848.885	0	-1.462.209	839.291
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	246.813	-3.380	243.433
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	246.813	0	246.813
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-3.380	-3.380
5.05.02.07	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	0	0	0	0	-3.380	-3.380
5.07	Saldos Finais	1.325.848	126.767	848.885	246.813	-1.465.589	1.082.724

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
7.01	Receitas	5.154.096	4.858.888
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.767.746	4.636.226
7.01.02	Outras Receitas	386.350	222.662
7.01.02.01	Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	432.059	246.226
7.01.02.02	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-45.709	-23.564
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.821.339	-2.733.297
7.02.04	Outros	-2.821.339	-2.733.297
7.02.04.01	Custo com energia elétrica	-2.227.695	-2.329.019
7.02.04.02	Material	-294.161	-151.286
7.02.04.03	Serviços de terceiros	-235.681	-191.238
7.02.04.04	Outros	-63.802	-61.754
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.332.757	2.125.591
7.04	Retenções	-86.431	-76.263
7.04.02	Outras	-86.431	-76.263
7.04.02.01	Amortização	-86.431	-76.263
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.246.326	2.049.328
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	214.930	85.207
7.06.02	Receitas Financeiras	214.930	85.207
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.461.256	2.134.535
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.461.256	2.134.535
7.08.01	Pessoal	154.241	141.688
7.08.01.01	Remuneração Direta	64.755	59.347
7.08.01.02	Benefícios	84.473	77.839
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.013	4.502
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.680.820	1.630.168
7.08.02.01	Federais	802.037	855.015
7.08.02.02	Estaduais	876.390	772.964
7.08.02.03	Municipais	2.393	2.189
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	291.910	115.866
7.08.03.01	Juros	291.431	115.388
7.08.03.02	Aluguéis	479	478
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	334.285	246.813
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	334.285	246.813

Comentário do Desempenho

Análise de Resultados – CPFL Paulista

Este comentário de desempenho está expresso em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

	1º trimestre		
	2022	2021	%
Receita operacional bruta	5.199.805	4.882.452	6,5%
Fornecimento de energia elétrica (*)	4.433.609	3.683.324	20,4%
Suprimento de energia elétrica	51.826	83.535	-38,0%
Receita de construção de infraestrutura da concessão	432.059	246.226	75,5%
Outras receitas operacionais	897.324	765.808	17,2%
Ativo e passivo financeiro setorial	(615.012)	103.559	-693,9%
Deduções da receita operacional	(1.719.312)	(1.723.845)	-0,3%
Receita operacional líquida	3.480.492	3.158.607	10,2%
Custo com energia elétrica	(2.003.594)	(2.102.297)	-4,7%
Energia comprada para revenda	(1.399.448)	(1.573.356)	-11,1%
Encargo de uso do sist transm distrib	(604.146)	(528.941)	14,2%
Custos e despesas operacionais	(877.228)	(640.432)	37,0%
Pessoal	(107.854)	(102.108)	5,6%
Entidade de previdência privada	(42.496)	(40.012)	6,2%
Material	(26.427)	(19.836)	33,2%
Serviço de terceiros	(100.743)	(101.694)	-0,9%
Amortização	(86.023)	(75.804)	13,5%
Custo de construção de infraestrutura da concessão	(432.059)	(246.226)	75,5%
Outros	(81.626)	(54.752)	49,1%
Resultado do serviço	599.670	415.878	44,2%
Resultado financeiro	(80.860)	(31.120)	159,8%
Receitas financeiras	205.207	81.117	153,0%
Despesas financeiras	(286.067)	(112.236)	154,9%
Resultado antes dos tributos	518.811	384.758	34,8%
Contribuição social	(49.215)	(36.631)	34,4%
Imposto de renda	(135.312)	(101.313)	33,6%
Resultado Líquido do Período	334.285	246.813	35,4%
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	334.285	246.813	35,4%
EBITDA	685.695	491.682	39,5%

(*) Para efeito de apresentação do comentário de desempenho, não foi realizada a reclassificação de receita de disponibilidade de rede ao consumidor cativo - TUSD (nota 24)

Receita operacional bruta

A receita operacional bruta no 1º trimestre de 2022 foi de R\$ 5.199.805, apresentando aumento de 6,5% (R\$ 317.353) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior.

Desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado, devido ao custo correspondente no mesmo valor), a receita operacional bruta seria de R\$ 4.767.746, apresentando aumento de 2,8% (R\$ 131.520) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Os principais fatores que contribuíram para esta variação foram:

- i. **Fornecimento de energia elétrica:** aumento de 20,4% (R\$ 750.285), principalmente pela (i) aumento de 23,0% (847.776) na tarifa média decorrente principalmente do reajuste tarifário anual ("RTA") de abril de 2021 de 8,95% (percepção dos consumidores), associado ao aumento

Comentário do Desempenho

de 14,0% na aplicação da bandeira tarifária (vermelha escassez hídrica no 1º trimestre de 2022 comparada com amarela no 1º trimestre de 2021) compensado pela (ii) redução de 2,2% (R\$ 97.491) no volume de energia vendida (considerando a quantidade de energia da receita não faturada).

- ii. **Suprimento de energia elétrica:** redução de 38,0% (R\$ 31.709), composta principalmente por: (i) redução na venda de energia elétrica de curto prazo (operações realizadas na CCEE) (R\$ 28.540) em decorrência da redução na tarifa média em função da redução do preço de liquidação de diferenças (“PLD”) e (ii) redução de venda para outras concessionárias (R\$ 3.169).
- iii. **Outras receitas operacionais:** aumento de 17,2% (R\$ 131.516) basicamente pelos aumentos em: (i) receita pela disponibilidade da rede elétrica – TUSD (R\$ 53.826) em função do reajuste tarifário de abril de 2021 e pelo aumento no volume de energia transportada; (ii) subvenções baixa renda, descontos tarifários com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”) e subvenção da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias “CCRBT” (R\$ 37.438); (iii) atualização do ativo financeiro da concessão (R\$ 25.954) principalmente pelas adições na base compensado pela redução da variação do indexador (IPCA); (iv) arrendamentos e alugueres (R\$ 10.474); (v) redução das compensações pagas pelo não cumprimento de indicadores técnicos (R\$ 2.427) e (vi) outras receitas e rendas (R\$ 886).
- iv. **Ativo e passivo financeiro setorial:** redução na receita de 693,9% (R\$ 718.571) basicamente pela redução do saldo de ativos com destaques em: (i) diferimento de custo de energia, repasse de Itaipu, ESS, EER, outros componentes financeiros, rede básica, transporte de Itaipu e neutralidade dos encargos setoriais (R\$ 1.120.965), compensado pelos aumentos (ii) sobrecontratação, CDE e PROINFA (R\$ 335.620) e (iii) amortização dos ativos e passivos homologados (R\$ 66.774).

Quantidade de energia vendida

No 1º trimestre de 2022, a quantidade de energia faturada para consumidores cativos no período, incluindo outras permissionárias, apresentou queda de 5,7% quando comparada com o mesmo trimestre do ano anterior. Essa queda foi mais acentuada na classe industrial.

O consumo da classe residencial representa 52,5% do total do mercado fornecido pela distribuidora e registrou queda de 4,3% no 1º trimestre de 2022 em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse desempenho reflete o relaxamento das medidas restritivas para combate à pandemia da covid-19, que permite maior circulação de pessoas e menor tempo de permanência nas residências. Adicionalmente, reflete também o efeito do aumento da quantidade de unidades consumidoras com geração distribuída, temperaturas registradas menores e um calendário de leitura com menos dias quando comparados com o mesmo período do ano anterior.

A classe comercial representa 19,4% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de -3,7% no 1º trimestre de 2022 em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse desempenho é reflexo do aumento da quantidade de unidades consumidoras com geração distribuída além de migrações de clientes para o mercado livre.

A classe industrial, que representa 9,1% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de 13,6% no 1º trimestre de 2022 em relação ao mesmo período do ano anterior. Assim como a classe comercial, a queda do consumo da classe industrial também foi impactada pela quantidade de unidades consumidoras com geração distribuída e pelas migrações de clientes para o mercado livre.

As demais classes de consumo (rural, poder público, iluminação pública, serviço público e permissionárias) participam com 19,0% do mercado total fornecido pela distribuidora. Estas classes apresentaram queda de -7,6% no 1º trimestre de 2022 em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente aos resultados negativos nas classes rural (queda de 13,8% causada fundamentalmente pela pluviometria maior do que em 2021, o que enseja menor utilização do sistema de irrigação) e serviço público (queda de 10,8% causada fundamentalmente pela movimentação de clientes tanto para o mercado livre quanto para outras classes, como comércio).

Em relação à quantidade de energia vendida e transportada na área de concessão, que impacta tanto o fornecimento faturado (mercado cativo) como a cobrança da TUSD (mercado livre), houve queda de 2,2% quando comparada com o mesmo período do ano anterior. A variação por classe foi de 4,3% no residencial, 3,1% no comercial, 1,9% no industrial e 5,2% nas demais classes de consumo.

Comentário do Desempenho

Deduções da receita operacional

As deduções da receita operacional no 1º trimestre de 2022 foram de R\$ 1.719.312 apresentando redução de 0,3% (R\$ 4.533) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, principalmente pelas reduções em: (i) Bandeiras Tarifárias (R\$ 245.707) pela mudança no registro da bandeira tarifária que conforme novo MCSE está sendo registrado em ativos e passivos financeiros setoriais e não mais em encargos, compensado por: (ii) CDE (R\$ 220.316) principalmente em função do aumento da cota CDE em 2022; (iii) ICMS, PIS e COFINS (R\$ 12.759) em função da redução na base de cálculo; (iv) PROINFA (R\$ 5.970); (v) Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e eficiência energética (R\$ 1.069); e (vi) outros (R\$ 1.014).

Custo com energia elétrica

No 1º trimestre de 2022 o custo com energia elétrica foi de R\$ 2.003.594 apresentando redução de 4,7% (R\$ 98.703) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. A variação deve-se basicamente a:

Energia comprada para revenda: redução de 11,1% (R\$ 173.908) em função: (i) redução de 9,9% no preço médio (R\$ 173.510) justificado pela redução na compra de energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo decorrente da redução do PLD no 1º trimestre de 2022; (ii) redução de 1,3% (R\$ 20.241) no volume de energia comprada, compensado pela redução (iii) crédito de PIS e COFINS (R\$ 16.865) e (iv) ressarcimento de geradoras (R\$ 2.978).

Encargos do uso do sistema de distribuição: aumento de 14,2% (R\$ 75.205), impactado principalmente pelos aumentos em: (i) encargos de energia de reserva (R\$ 60.645) principalmente, em função do valor de PLD que no primeiro trimestre deste ano está em patamares inferiores ao mesmo período de 2021 (quanto menor o valor de PLD, menor será o saldo da CONER e maior será o nível do encargo a ser cobrado aos agentes de perfil consumo); (ii) encargos de serviço do sistema líquido do repasse da CONER (R\$ 48.805) principalmente em função de maior nível de despacho termelétrico fora da ordem de mérito de preço (segurança energética), além de custos adicionais associados às usinas termelétricas que, mediante decisão do CMSE/MME, ofertaram geração adicional ao sistema como uma das medidas de enfrentamento à crise hídrica ocorrida no segundo semestre de 2021; (iii) encargos de conexão (R\$ 1.400); (iv) encargos do uso do sistema de distribuição (R\$ 748); compensado por (v) encargo de rede básica (R\$ 19.983); (vi) encargos de transporte de Itaipu (R\$ 8.743); associado ao aumento (v) crédito de PIS e COFINS (R\$ 7.667).

Custo e despesa operacional

Os custos e despesas operacionais atingiram R\$ 877.228 no 1º trimestre de 2022, apresentando aumento de 37,0% (R\$ 236.797) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior.

Desconsiderando o custo de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado), os custos e despesas operacionais seriam de R\$ 445.169, apresentando aumento de 12,9% (R\$ 50.964).

Os principais efeitos nesse grupo devem-se principalmente a:

➤ Despesas operacionais gerenciáveis

São representadas pelos custos com pessoal, entidade de previdência privada, material, serviços de terceiros e outros, que totalizaram o montante de R\$ 359.146 neste trimestre, aumento de 12,8% (R\$ 40.745) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Esta variação deve-se principalmente aos seguintes fatores:

- i. **Pessoal:** aumento de 5,6% (R\$ 5.746) principalmente pelos efeitos do acordo coletivo.
- ii. **Entidade de previdência privada:** aumento de 6,2% (R\$ 2.484), pelos registros dos impactos do laudo atuarial.
- iii. **Material:** aumento de 33,2% (R\$ 6.591) principalmente em: (i) reposição manutenção de linhas e redes (R\$ 3.521); (ii) manutenção da frota (R\$ 2.412) e (iii) uniformes e equipamentos (R\$ 696).
- iv. **Outros:** aumento de 49,1% (R\$ 26.875), principalmente por: (i) provisão para créditos de liquidação duvidosa (R\$ 22.144); (ii) perda/ganho com alienação, desativação e outros de

Comentário do Desempenho

ativos não circulantes (R\$ 8.212); compensado parcialmente por:(iii) baixa de principal e atualização ativo financeiro da concessão (R\$ 1.419); (iv) recuperação de despesas (R\$ 1.260) e (v) taxa de arrecadação (R\$ 767).

Amortização:

A amortização do 1º trimestre de 2022 foi de R\$ 86.023, aumento de 13,5% (R\$ 10.219) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, basicamente pelo acréscimo de ativos na base de remuneração regulatória (BRR), ocorridas no período.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido neste trimestre apresentou uma despesa de R\$ 80.860, variação de 159,8% (R\$ 49.740) em relação a despesa apresentada no mesmo trimestre do ano anterior.

- i. **Receitas financeiras:** aumento de 153,0% (R\$ 124.090), principalmente pelos aumentos em: (i) atualização de ativo financeiro setorial (R\$ 77.936); (ii) créditos fiscais (R\$ 46.750), principalmente pela atualização da exclusão do ICMS s/base cálculo Pis e Cofins; (iii) rendas de aplicações financeiras (R\$ 7.957); (iv) acréscimos e multas moratórias (R\$ 4.102); (v) deságio na aquisição de crédito de ICMS (R\$ 3.907); (vi) outros (R\$ 410); compensado parcialmente:(vii) atualizações monetárias e cambiais (R\$ 17.128).
- ii. **Despesas financeiras:** aumento de 154,9% (R\$ 173.831), principalmente pelos aumentos em: (i) encargos e atualizações monetárias e cambiais sobre empréstimos, debêntures e derivativos (R\$ 109.617); (ii) outras despesas (R\$ 50.883), atualização devolução ao consumidor créditos Pis e Cofins s/exclusão ICMS; (iii) outras despesas indedutíveis (R\$ 3.738); (iv) atualização de ativo e passivo financeiro setorial (R\$ 3.635); (v) negociação/parcelamento de débitos (R\$ 2.622); (vi) atualização P&D e PEE (R\$ 2.179) e (vii) contingências (R\$ 739).

Contribuição Social e Imposto de Renda

A tributação sobre o lucro relativo à contribuição social e imposto de renda apurado no 1º trimestre de 2022, foram de R\$ 184.527, apresentando aumento de 33,8% (R\$ 46.583) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior, refletindo a base tributável do período.

Resultado líquido do período e EBITDA

Com base nos fatores expostos, a Companhia apresentou no 1º trimestre de 2022, um lucro líquido de R\$ 334.285 com aumento de 35,4% (R\$ 87.472), em relação ao lucro apurado no mesmo trimestre do ano anterior.

O EBITDA (resultado líquido do período, excluindo os efeitos da amortização, resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda) no 1º trimestre de 2022, foi de R\$ 685.695, apresentando aumento de 39,5% (R\$ 194.013) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ
Balancos patrimoniais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/03/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	677.712	222.610
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	2.365.739	2.256.837
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	1.812	463
Outros tributos a compensar	7	106.443	81.979
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	7.1	742.716	532.097
Derivativos	30	86.944	212.159
Ativo financeiro setorial	8	1.083.376	1.266.053
Estoques		16.189	13.635
Outros ativos	11	446.487	633.994
Total do circulante		5.527.418	5.219.827
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	64.721	70.350
Depósitos judiciais	20	397.132	391.381
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	2.101	2.101
Outros tributos a compensar	7	123.314	108.037
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	7.1	3.493.213	3.713.293
Ativo financeiro setorial	8	28.870	297.327
Derivativos	30	65.860	431.367
Créditos fiscais diferidos	9	164.050	45.237
Ativo financeiro da concessão	10	5.671.643	5.340.203
Outros ativos	11	16.022	14.867
Ativo contratual	12	995.261	831.454
Intangível	13	1.774.394	1.786.710
Total do não circulante		12.796.580	13.032.326
Total do ativo		18.323.998	18.252.154

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ
Balanços patrimoniais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/03/2022	31/12/2021
Circulante			
Fornecedores	14	1.399.595	1.825.611
Empréstimos e financiamentos	15	1.661.844	771.157
Debêntures	16	343.625	289.877
Entidade de previdência privada	17	385.778	376.894
Taxas regulamentares	18	30.105	265.027
Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	130.384	46.750
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	19	374.478	436.134
Dividendo e juros sobre capital próprio	28	31.260	31.260
Obrigações estimadas com pessoal		50.733	45.713
Derivativos	30	52.834	-
PIS/COFINS devolução consumidores	7.1	81.697	-
Outras contas a pagar	21	584.382	583.291
Total do circulante		5.126.715	4.671.713
Não circulante			
Fornecedores	14	-	3.683
Empréstimos e financiamentos	15	2.484.161	3.956.184
Debêntures	16	2.745.713	1.981.256
Entidade de previdência privada	17	1.522.628	1.610.332
Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	32.362	32.001
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	20	165.012	165.153
Passivo financeiro setorial	8	101.035	-
PIS/COFINS devolução consumidores	7.1	4.236.320	4.245.390
Outras contas a pagar	21	26.184	35.408
Total do não circulante		11.313.415	12.029.407
Patrimônio líquido			
	22		
Capital social		1.343.323	1.343.323
Reserva de capital		109.293	109.293
Reserva legal		237.550	237.550
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		264.972	264.972
Dividendo		1.139.828	1.139.828
Resultado abrangente acumulado		(1.545.382)	(1.543.932)
Lucros acumulados		334.285	-
Total do patrimônio líquido		1.883.868	1.551.033
Total do passivo e do patrimônio líquido		18.323.998	18.252.154

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ
Demonstrações dos resultados para os períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	1° Trimestre 2022	1° Trimestre 2021
Receita operacional líquida	24	3.480.492	3.158.607
Custo do serviço			
Custo com energia elétrica	25	(2.003.594)	(2.102.297)
Custo com operação		(258.325)	(232.414)
Amortização		(74.911)	(65.543)
Outros custos com operação	26	(183.414)	(166.870)
Custo do serviço prestado a terceiros	26	(432.809)	(246.885)
Lucro operacional bruto		785.765	577.012
Despesas operacionais			
Despesas com vendas		(99.052)	(78.899)
Amortização		(562)	(529)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(45.709)	(23.565)
Outras despesas com vendas	26	(52.782)	(54.805)
Despesas gerais e administrativas		(79.604)	(81.556)
Amortização		(10.551)	(9.732)
Outras despesas gerais e administrativas	26	(69.054)	(71.824)
Outras despesas operacionais	26	(7.437)	(680)
Resultado do serviço		599.671	415.878
Resultado financeiro	27		
Receitas financeiras		205.207	81.117
Despesas financeiras		(286.067)	(112.236)
		(80.860)	(31.120)
Lucro antes dos tributos		518.811	384.758
Contribuição social	9	(49.215)	(36.631)
Imposto de renda	9	(135.312)	(101.313)
		(184.527)	(137.944)
Lucro líquido do período		334.285	246.813
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	23	0,38	0,28

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos resultados abrangentes para os períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	1º Trimestre 2022	1º Trimestre 2021
Lucro líquido do período	334.285	246.813
Outros resultados abrangentes	(1.449)	(3.380)
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:		
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários	(1.449)	(3.380)
Resultado abrangente do período	332.835	243.433

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 31 de março de 2022
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros			Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de capital de giro	Dividendo			
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.343.323	109.293	237.550	264.972	1.139.828	(1.543.932)	-	1.551.033
Resultado abrangente total								
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	334.285	334.285
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	(1.449)	-	(1.449)
Saldos em 31 de março de 2022	1.343.323	109.293	237.550	264.972	1.139.828	(1.545.382)	334.285	1.883.868

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 31 de março de 2021
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros			Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de capital de giro	Dividendo			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.325.848	126.767	171.913	676.972	-	(1.462.209)	-	839.291
Resultado abrangente total								
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	246.813	246.813
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	(3.380)	-	(3.380)
Saldos em 31 de março de 2021	1.325.848	126.767	171.913	676.972	-	(1.465.590)	246.813	1.082.724

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
Lucro antes dos tributos	518.811	384.758
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	86.023	75.804
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	6.759	7.813
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	45.709	23.565
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	2.840	1.908
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	42.496	40.012
Perda (ganho) na baixa de não circulante	6.686	(108)
	709.324	533.752
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(336.050)	(62.028)
Tributos a compensar	40.607	(8.894)
Depósitos judiciais	1.551	3.221
Ativo financeiro setorial	529.085	(178.920)
Contas a receber - CDE	(15.626)	(39.485)
Outros ativos operacionais	398.388	(108.379)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(429.698)	(279.043)
Outros tributos e contribuições sociais	(60.297)	(14.916)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(121.315)	(71.679)
Taxas regulamentares	(234.922)	6.853
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(11.951)	(9.315)
Passivo financeiro setorial	94.634	75.361
Contas a pagar - CDE	-	(6.921)
Outros passivos operacionais	(8.942)	98.601
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	554.788	(61.792)
Encargos de dívida e debêntures pagos	(51.440)	(42.377)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(220.318)	(29.745)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	283.030	(133.914)
Atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações)	(25.750)	-
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	25.959	300.008
Adições de ativo contratual	(445.717)	(245.516)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(445.508)	54.492
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e debêntures	1.010.936	-
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(458.616)	(18.640)
Liquidação de operações com derivativos	65.260	1.007
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	617.580	(17.633)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	455.102	(97.055)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	222.610	938.375
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	677.712	841.320

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas**COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ****Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)**

	1º Trimestre 2022	1º Trimestre 2021
1 - Receita	5.154.096	4.858.888
1.1 Receita de venda de energia e serviços	4.767.746	4.636.226
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	432.059	246.226
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(45.709)	(23.565)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(2.821.339)	(2.733.297)
2.1 Custo com energia elétrica	(2.227.695)	(2.329.019)
2.2 Material	(294.161)	(151.286)
2.3 Serviços de terceiros	(235.681)	(191.238)
2.4 Outros	(63.802)	(61.754)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	2.332.757	2.125.590
4 - Retenções	(86.431)	(76.263)
4.1 Amortização	(86.431)	(76.263)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	2.246.326	2.049.328
6 - Valor adicionado recebido em transferência	214.930	85.207
6.1 Receitas financeiras	214.930	85.207
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	2.461.256	2.134.535
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	154.241	141.688
8.1.1 Remuneração direta	64.755	59.347
8.1.2 Benefícios	84.473	77.839
8.1.3 F.G.T.S	5.013	4.501
8.2 Impostos, taxas e contribuições	1.680.820	1.630.168
8.2.1 Federais	802.037	855.015
8.2.2 Estaduais	876.390	772.964
8.2.3 Municipais	2.393	2.188
8.3 Remuneração de capital de terceiros	291.910	115.866
8.3.1 Juros	291.431	115.388
8.3.2 Aluguéis	479	478
8.4 Remuneração de capital próprio	334.285	246.813
8.4.1 Lucros retidos	334.285	246.813
	2.461.256	2.134.535

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Paulista de Força e Luz (“CPFL Paulista” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte - Jardim Professora Tarcilla - CEP 13087-397, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos, até 20 de novembro de 2027, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 234 municípios do interior do Estado de São Paulo. Entre os principais estão Campinas, Ribeirão Preto, Bauru e São José do Rio Preto, atendendo a aproximadamente 4,8 milhões de consumidores.

1.1 Impactos do COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o coronavírus (COVID-19) é uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto à época, aumentaram de certa forma o grau de econômicos e podem gerar impactos nas informações contábeis intermediárias. As principais economias do incerteza para os agentes Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando e implementando pacotes de estímulos econômicos para minimizar impactos econômicos que o COVID-19 possa provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declarou o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde, incluindo pesquisa e desenvolvimento, e aplicação de vacinas. Em 22 de abril de 2022 o Ministro da Saúde assinou a portaria que decreta fim do estado de Emergência em Saúde Pública, a qual passa a ter vigência após 30 dias após a data de publicação no Diário Oficial da União.

A Administração tem avaliado de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações. Até a data de autorização para emissão dessas informações contábeis intermediárias, as seguintes medidas foram tomadas e os principais assuntos que estão sob monitoramento constante estão listados a seguir:

- Implementação de medidas temporárias no quadro de funcionários, tais como planos de home office, adequação dos espaços coletivos para evitar aglomerações, e demais medidas aplicáveis, relacionadas à saúde;
- Negociação com fornecedores de equipamentos para avaliação de prazos de entregas visto o novo cenário da pandemia, sem que haja, até o momento, indicativos de riscos relevantes de atraso que possam impactar nas operações;
- Avaliação das condições contratuais com instituições financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos e pagamento com fornecedores, para mitigar eventuais riscos de liquidez;

Notas Explicativas

- Monitoramento das variações de indexadores de mercado que poderiam afetar empréstimos, financiamentos e debêntures;
- Avaliação de eventuais renegociações com clientes, em função de retração macroeconômica. Tais renegociações estão sendo direcionadas, em sua maioria, através de deslocamentos temporais nas quantidades contratadas;
- Monitoramento de redução do mercado faturado pelo fechamento, assim como a retomada após as medidas de flexibilização, de estabelecimentos comerciais e industriais decorrente das medidas de enfrentamento à pandemia;
- Monitoramento de sobrecontratação em função da redução da carga e consequentes sobras de energia superiores aos 5% previstos nos requisitos regulatórios;

Devido à relevância dos potenciais impactos mencionados, as autoridades do Setor Elétrico Brasileiro, em especial o Ministério de Minas e Energia (MME) e a ANEEL, adotaram algumas medidas durante o período de pandemia, sendo as mais relevantes:

- Isenção para a parcela de consumo mensal de até 220 quilowatt-hora (kWh/mês) dos consumidores das classes residenciais de baixa renda, no período entre 1º de abril a 30 de junho de 2020, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, custeada por meio de aportes da União ao fundo setorial CDE, conforme previsto na Medida Provisória nº 949, de 8 de abril de 2020;
- Reconhecimento das sobras resultantes da redução de carga das distribuidoras, decorrente dos efeitos da pandemia de COVID-19, como exposição contratual involuntária, a ser regulamentada pela ANEEL, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, e no Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020;
- Criação da Conta COVID por meio da Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020 e regulamentada por meio do Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, e da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020.

Mais informações sobre a Conta COVID e como afetam os negócios da Companhia estão divulgados na nota explicativa 1.1 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Considerando todas as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos impactos do COVID-19 em seu negócio, assim como as atualizações regulatórias efetuadas, no período, para o período de três meses findo em 31 de março de 2022, a Companhia concluiu que não houve efeitos relevantes relacionados à pandemia em suas informações contábeis intermediárias.

O efeito financeiro e econômico para a Companhia ao longo dos próximos meses dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica, bem como dos impactos relacionados as medidas de restrição. A Companhia continuará monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas informações contábeis intermediárias.

Reequilíbrio Econômico Financeiro

Em decorrência dos efeitos das medidas restritivas adotadas pelo governo para conter o avanço da pandemia causada pelo surto do Coronavírus (COVID-19), a Companhia, assim como outras concessionárias de distribuição de energia elétrica do país, sofreu impactos extraordinários e imediatos, sendo as principais a queda da receita em função da retração do mercado consumidor e redução da arrecadação pelo aumento da inadimplência.

Considerando os efeitos da pandemia e, tendo como base o contrato de concessão entre a Companhia e o Poder Concedente, por intermédio da ANEEL, assim como os artigos 9º e 10º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, dentre outras previsões legais aplicáveis, a Companhia possui o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, de forma que, em uma situação em que ônus gerados por eventos alheios à gestão dos riscos inerentes à operação, tais como, mas sem se limitar, a eventos categorizados como caso fortuito ou força maior, ou mesmo determinações do Poder

Notas Explicativas

Concedente que impactem a Companhia, devem ser ressarcidos à Companhia para reequilibrar a saúde econômico-financeira do contrato de concessão.

O Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, que regulamenta a Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, prevê a análise pela ANEEL, em processo administrativo específico, da necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro das concessionárias de distribuição de energia elétrica, mediante solicitação das interessadas. Nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 885, de 23 de junho de 2020, a Agência, instaurou segunda fase da Consulta Pública nº 35 de 2020 ("CP35/2020") no período entre 18 de agosto e 05 de outubro de 2020, com o objetivo de regular a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão e permissão do serviço público de distribuição energia elétrica

Em continuidade ao processo de definição da regulamentação do restabelecimento do equilíbrio econômico das concessionárias distribuidoras durante a pandemia, a ANEEL abriu a 3ª Fase da Consulta Pública nº 35 no fim de 2021, na qual também foi discutido sobre as regras de alocação dos custos do empréstimo da Conta Covid e da sobrecontratação involuntária para o ano civil de 2020, reflexo do cenário de pandemia.

Concluída a terceira e última fase da CP35/2020, a Agência definiu as metodologias referentes à sobrecontratação involuntária de 2020, ao reequilíbrio econômico em função da queda de mercado e aumento da inadimplência durante a pandemia, bem como sobre o rateio do custo financeiro da Conta COVID, consubstanciadas na Resolução Normativa ANEEL nº 952, de 23 de novembro de 2021. A Companhia continua analisando os impactos causados pela pandemia e definirá quanto à necessidade de solicitar a recomposição do equilíbrio econômico em até 60 dias após a publicação, pela ANEEL, da projeção da receita irrecuperável realizada nos meses de março a dezembro de 2020, conforme definido no parágrafo 7 do Submódulo 2.10 do PRORET, homologado por meio da referida resolução normativa. Ademais, foi estimada e registrada a parcela do custo financeiro da Conta COVID a ser alocada nos processos tarifários de 2022.

(2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de preparação

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (CVM), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas informações contábeis intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, e devem ser analisadas em conjunto.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas informações contábeis intermediárias foi dada pela Administração em 9 de maio de 2022.

2.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 30 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Notas Explicativas

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 6 - Consumidores, concessionárias e permissionárias (provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição ("TUSD") não faturados);
- Nota 8 – Ativo e passivo financeiro setorial (critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens);
- Nota 9 – Créditos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos, disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados);
- Nota 10 – Ativo financeiro da concessão (premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos) (nota 30);
- Nota 11 – Outros ativos (provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 13 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 15 – Empréstimos e financiamentos (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 16 – Debêntures (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 17 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos);
- Nota 19 – Imposto de renda e contribuição social a recolher: incertezas sobre os tributos sobre o lucro;
- Nota 20 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e;
- Nota 30 – Instrumentos Financeiros - derivativos (principais premissas para determinação do valor justo).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:

A moeda funcional da Companhia é o Real e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Segmento operacional

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, na prestação de serviços de distribuição e disponibilidade de energia elétrica, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Consequentemente, a Companhia concluiu que a sua demonstração de resultados e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

2.6 Demonstração do valor adicionado:

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA") nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Notas Explicativas

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis descritas na nota 3 - Sumário das principais políticas contábeis, divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

- Intangível

O valor justo dos itens do ativo intangível é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 30) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada cinco anos, consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador (“ANEEL”). Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldos bancários	15.847	54.650
Aplicações financeiras	661.865	167.960
Títulos de crédito privado (a)	560.384	137.501
Operações compromissadas (b)	101.481	30.459
Total	<u>677.712</u>	<u>222.610</u>

(a) Corresponde a operações de curto prazo em CDB's no montante de R\$ 560.384 (R\$ 137.501 em 31 de dezembro de 2021) realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo,

Notas Explicativas

baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 102,92% do CDI (101,75% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

- (b) Representa valores aplicados em operações compromissadas em debêntures e remuneração equivalente, na média de 86,44% do CDI (86,50% do CDI em 31 de dezembro de 2021), possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito.

(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/03/2022	31/12/2021
Circulante					
Classes de consumidores					
Residencial	495.203	364.751	69.628	929.582	989.819
Industrial	43.597	31.873	51.774	127.244	120.955
Comercial	107.412	47.840	11.639	166.891	169.647
Rural	31.231	10.446	3.866	45.543	58.327
Poder público	46.621	6.129	5.839	58.588	53.742
Iluminação pública	83.274	4.036	1.407	88.717	90.426
Serviço público	39.383	22.086	8.206	69.675	65.674
Faturado	846.719	487.162	152.358	1.486.239	1.548.590
Não faturado	866.562	-	-	866.562	656.822
Parcelamento de débito de consumidores	153.902	44.876	21.328	220.105	209.030
Operações realizadas na CCEE	30.146	-	-	30.146	229.319
Concessionárias e permissionárias	10.775	-	-	10.775	16.235
Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica	(18.103)	-	-	(18.103)	(187.392)
	1.890.001	532.038	173.686	2.595.724	2.472.603
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(229.985)	(215.766)
Total				2.365.739	2.256.837
Não circulante					
Parcelamento de débito de consumidores	59.718	-	-	59.718	65.347
Operações realizadas na CCEE	5.003	-	-	5.003	5.003
Total	64.721	-	-	64.721	70.350

Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica: criado pelo Governo Federal no âmbito da Câmara de Regras Excepcionais para a Gestão Hidroenergética (CREG) como uma das medidas para enfrentamento do pior cenário de escassez hídrica da história do país. Os consumidores que reduziram o consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10% (dez por cento), limitado a 20% (vinte por cento), no período de setembro a dezembro de 2021 comparado ao de setembro a dezembro de 2020, receberam bônus no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para cada 100 (cem) kWh reduzido, desde que possuíssem histórico de medição. O referido bônus foi custeado por encargo setorial específico, denominado Encargos de Serviço do Sistema (ESS), repassado pela CCEE às distribuidoras. A Companhia registrou um crédito no montante de R\$ 187.396 em ativo em Consumidores, concessionárias e permissionárias, referente ao bônus concedido aos consumidores em função do citado programa, sendo que desde montante, R\$ 169.289 foram pagos, em contrapartida de um ativo em Outros Créditos no mesmo montante. O reembolso às distribuidoras ocorreu na contabilização da CCEE de janeiro, que foi liquidada em março de 2022 (nota 11).

Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD")

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência.

O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 30.f.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 11)	Total
Saldo em 31/12/2021	(215.766)	(9.001)	(224.767)
Provisão revertida (constituída) líquida	(72.507)	(183)	(72.689)
Recuperação de receita	26.980	-	26.980
Baixa de contas a receber provisionadas	31.307	-	31.307
Saldo em 31/03/2022	(229.985)	(9.184)	(239.169)

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(7) TRIBUTOS A COMPENSAR

	31/03/2022	31/12/2021
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.812	463
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.812	463
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	26.889	10.423
ICMS a compensar	76.908	68.893
Programa de integração social - PIS	1.169	1.161
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.357	1.383
Outros	119	119
Outros tributos a compensar	106.443	81.979
Total circulante	108.255	82.442
<u>Não circulante</u>		
Contribuição social a compensar - CSLL	556	556
Imposto de renda a compensar - IRPJ	1.545	1.545
Imposto de renda e contribuição social a compensar	2.101	2.101
ICMS a compensar	123.314	108.037
Outros tributos a compensar	123.314	108.037
Total não circulante	125.414	110.138

Notas Explicativas

7.1 Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS

<u>Ativo</u>	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Circulante</u>		
PIS sobre ICMS	130.555	93.073
COFINS sobre ICMS	612.161	439.023
Total circulante	742.716	532.097
<u>Não circulante</u>		
PIS sobre ICMS	625.241	664.212
COFINS sobre ICMS	2.867.972	3.049.081
Total não circulante	3.493.213	3.713.293
<u>Passivo</u>	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Circulante</u>		
PIS/COFINS devolução consumidores	81.697	-
Total circulante	81.697	-
<u>Não circulante</u>		
PIS/COFINS devolução consumidores	4.236.320	4.245.390
Total não circulante	4.236.320	4.245.390

Tendo em vista (i) a decisão de maio de 2021 do Supremo Tribunal Federal que rejeitou os embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional nos autos do RE nº 574.706 a qual não modulou os efeitos de sua decisão para os contribuintes que já tivessem ações judiciais apresentadas anteriormente a 15 de março de 2017, e (ii) os termos do CPC 25 item 33 que discorre sobre o conceito de classificação de ativo considerado “praticamente certo”, foram reconhecidos em junho de 2021 os créditos de PIS e COFINS, através do registro de ativo de tributos a compensar e passivo com consumidores em outras contas a pagar no montante de R\$ 4.087.795, que atualizado até 31 de março é de R\$ 4.235.929 (R\$ 4.245.390 em 31 de dezembro de 2021). No primeiro trimestre de 2022 já foram compensados R\$ 81.697.

Em outubro de 2021, a Companhia obteve o trânsito em julgado em sua ação judicial, tendo sido reconhecido o seu direito à não inclusão dos valores do ICMS faturado na base de cálculo do PIS e COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente (a partir de junho de 2005), porém a Companhia já havia registrado ativo de tributos a compensar e passivo com consumidores dada à similaridade do caso à decisão do Supremo Tribunal Federal.

Importante salientar que, baseada na opinião de seus assessores legais, a Companhia entende que a necessidade de reembolso aos consumidores dos montantes recebidos após o trânsito em julgado de ação judicial está limitada ao prazo prescricional dos últimos 10 anos. Tal posicionamento foi inclusive externado pela Companhia através de contribuição apresentada no processo da Consulta Pública da ANEEL nº 05/2021, ainda sem conclusão por aquele Órgão.

Logo, a decisão contábil da Companhia de, neste momento, não registrar qualquer crédito tributário em seu favor não significa qualquer renúncia de direito, mas serve tão somente para refletir o posicionamento da referida Consulta Pública em andamento pela ANEEL.

Notas Explicativas

(8) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do período do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2021			Receita operacional (nota 24)		Resultado financeiro (nota 27)	Recebimento da conta de comercialização de Itaipu	Saldo em 31/03/2022		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária		Diferido	Homologado	Total
Parcela "A"	1.177.374	81.967	1.259.341			29.872				
CVA (*)							(8.707)	451.362	27.208	478.570
CDE (**)	(80.185)	4.626	(75.559)	211.587	(6.516)	596	-	131.875	(1.768)	130.107
Custos energia elétrica	(96.861)	(59.486)	(156.347)	(664.818)	58.747	(6.203)	-	(768.808)	187	(768.621)
ESS e EER (***)	705.121	21.044	726.166	(119.946)	(20.803)	11.890	-	597.440	(133)	597.307
Proinfa	992	3.934	4.927	40.767	(3.857)	898	-	42.624	111	42.735
Rede básica	44.293	31.494	75.787	(33.965)	(31.811)	4.112	-	11.435	2.688	14.123
Repasso de Itaipu	758.732	88.996	847.728	8.036	(67.612)	22.100	(8.707)	775.804	25.742	801.545
Transporte de Itaipu	1.126	4.116	5.242	(4.654)	(3.239)	404	-	(3.489)	1.241	(2.247)
Neutralidade dos encargos setoriais	(75.582)	(2.238)	(77.820)	(44.624)	2.087	(1.993)	-	(122.200)	(151)	(122.351)
Sobrecontratação	(80.262)	(10.518)	(90.780)	100.638	9.809	(1.931)	-	18.445	(709)	17.736
Bandeira tarifária faturada	-	-	-	(231.763)	-	-	-	(231.763)	-	(231.763)
Outros componentes financeiros	310.085	(6.047)	304.039	181.284	5.639	41.679	-	533.049	(408)	532.641
Total	1.487.459	75.920	1.563.380	(557.458)	(57.554)	71.551	(8.707)	984.411	26.800	1.011.211
Ativo circulante			1.266.053							1.083.376
Ativo não circulante			297.327							28.870
Passivo não circulante			-							(101.035)

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(**) Conta de desenvolvimento energético

(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

Recebimento da conta de Comercialização de Itaipu: Em função do saldo positivo da Conta de Comercialização de ITAIPU em 2020, a Companhia recebeu em 2021 o montante de R\$ 160.251 e no primeiro trimestre de 2022 o valor de R\$ 8.707, para minimizar o impacto tarifário a todos os consumidores no Reajuste Tarifário Anual – RTA de junho de 2021, conforme disposto no Decreto nº 10.665/21. Tal recurso será cobrado posteriormente de todos os consumidores para devolução à Conta de Comercialização de ITAIPU, quando então será oferecido como bônus aos consumidores residenciais e rurais, nos termos do art. 21 da Lei nº 10.438/02.

Alterações do MCSE - Despacho nº 2.904 de 17 de setembro de 2021 foram:

A ANEEL através do Despacho nº 2.904 de 17 de setembro de 2021, aprovou a versão 2022 do MCSE, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, cujas principais mudanças envolvendo os ativos e passivos financeiros setoriais foram:

- 1) Alteração da contabilização da Bandeira tarifária faturada ainda não homologada pela CCRBT para ativo ou passivo financeiro setorial, que antes era registrada no grupo de contas de taxas regulamentares (nota 18).
- 2) Alteração na contabilização dos ativos e passivos financeiros setoriais por ciclo tarifário (Homologado e Diferido).

Os detalhes sobre a natureza de cada ativo e passivo financeiro setorial estão descritos na nota 9 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

Notas Explicativas**(9) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS****9.1 - Composição dos créditos fiscais:**

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Crédito de contribuição social		
Benefício fiscal do intangível incorporado	26.212	27.369
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	17.213	(15.394)
Subtotal	43.425	11.974
Crédito de imposto de renda		
Benefício fiscal do intangível incorporado	72.812	76.024
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	47.813	(42.762)
Subtotal	120.625	33.262
Total	164.050	45.237

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis e benefício fiscal do intangível incorporado, está baseada nas projeções de lucros tributáveis futuros.

9.2 - Benefício fiscal do intangível incorporado:

Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. A taxa anual de amortização aplicada é linear de 3%.

9.3 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	<u>31/03/2022</u>		<u>31/12/2021</u>	
	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	15.727	43.684	15.727	43.687
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	21.525	59.792	20.229	56.192
Provisão energia livre	7.818	21.716	7.657	21.269
Programas de P&D e eficiência energética	10.741	29.836	10.447	29.020
Provisão relacionada a pessoal	3.349	9.304	2.559	7.109
Marcação a Mercado- Derivativos	236	656	2.341	6.502
Marcação a Mercado- Dívidas	(727)	(2.020)	(3.195)	(8.875)
Derivativos	(9.326)	(25.905)	(60.520)	(168.112)
Registro da concessão - ajuste do intangível	(1.447)	(4.019)	(1.511)	(4.196)
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(143.810)	(399.472)	(132.555)	(368.207)
Perdas atuariais	21.612	60.035	21.612	60.035
Outros	(1.489)	(4.135)	9.009	25.025
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado				
Perdas atuariais	93.322	259.228	93.322	259.228
Marcação a Mercado- Derivativos	92	257	262	729
Marcação a Mercado- Dívidas	(412)	(1.144)	(780)	(2.166)
Total	17.213	47.813	(15.394)	(42.762)

9.4 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos trimestres findos em 31 de março de 2022 e 2021:

Notas Explicativas

	1º Trimestre 2022		1º Trimestre 2021	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	518.811	518.811	384.758	384.758
Realização correção monetária complementar	138	-	207	-
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	21.567	21.567	20.366	20.366
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	6.318	869	1.683	129
Base de cálculo	546.834	541.247	407.014	405.253
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Total	(49.215)	(135.312)	(36.631)	(101.313)
Corrente	(80.468)	(222.126)	(7.222)	(19.622)
Diferido	31.253	86.814	(29.409)	(81.691)

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(10) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Saldo em 31/12/2021	5.340.203
Transferência - ativo contratual	213.752
Transferência - intangível em serviço	(3.576)
Ajuste ao valor justo	127.726
Baixas	(6.461)
Saldo em 31/03/2022	5.671.643

O saldo refere-se ao ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão mensurados a valores justos.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente, a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição "VNR" – nota 4), é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 24) no resultado do período.

No primeiro trimestre de 2022, o valor das baixas de R\$ 6.461 (R\$ 9.408 no primeiro trimestre de 2021) refere-se à baixa da atualização relacionada ao ativo de R\$ 2.667 (R\$ 4.411 no primeiro trimestre de 2021) e à baixa do ativo de R\$ 3.794 (R\$ 4.997 no primeiro trimestre de 2021).

(11) OUTROS ATIVOS

	Circulante		Não circulante	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Adiantamentos - fornecedores	1.773	3.039	5.751	5.751
Cauções, fundos e depósitos vinculados	9.221	9.360	-	-
Ordens em curso	212.624	216.605	-	-
Bens destinados a alienação	-	-	164	164
Serviços prestados a terceiros	9.386	19.500	-	-
Despesas antecipadas	53.109	45.775	7.456	7.419
Contas a receber - CDE (*)	98.937	83.311	-	-
Adiantamentos a funcionários	15.266	6.461	-	-
Arrendamentos e aluguéis	19.587	27.572	-	-
Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica (nota 6)	-	187.396	-	-
Outros	35.768	43.975	2.652	1.534
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	(9.184)	(9.001)	-	-
Total	446.487	633.994	16.022	14.867

Notas Explicativas

(*) **Contas a receber – CDE** – refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 18.128 (R\$ 15.859 em 31 de dezembro de 2021), (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 80.809 (R\$ 67.452 em 31 de dezembro de 2021) (nota 24.3).

(12) ATIVO CONTRATUAL

A movimentação abaixo referem-se aos ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção.

Saldo em 31/12/2021	831.454
Adições	451.795
Transferência - Intangível em serviço	(74.237)
Transferência - Ativo financeiro	(213.752)
Saldo em 31/03/2022	995.261

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(13) INTANGÍVEL

A movimentação abaixo refere-se ao Intangível de Direito de concessão, infraestrutura de distribuição em serviço e outros ativos intangíveis:

	Direito de concessão		Total
	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Outros ativos intangíveis	
Saldo em 31/12/2021	1.785.672	1.038	1.786.710
Custo histórico	5.932.746	9.555	5.942.301
Amortização acumulada	(4.147.074)	(8.517)	(4.155.591)
Amortização	(85.997)	(107)	(86.104)
Transferência - ativo contratual	74.237	-	74.237
Transferência - ativo financeiro	3.576	-	3.576
Baixa e transferência - outros ativos	(4.025)	-	(4.025)
Saldo em 31/03/2022	1.773.463	931	1.774.394
Custo histórico	5.975.036	9.555	5.984.591
Amortização acumulada	(4.201.573)	(8.624)	(4.210.197)

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de "amortização".

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

Notas Explicativas**(14) FORNECEDORES**

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Circulante</u>		
Encargos de serviço do sistema	90.567	441.586
Suprimento de energia elétrica	695.452	875.791
Encargos de uso da rede elétrica	166.477	147.747
Materiais e serviços	317.430	233.898
Energia livre	129.669	126.589
Total	<u>1.399.595</u>	<u>1.825.611</u>
<u>Não circulante</u>		
Materiais e serviços	-	3.683
Total	<u>-</u>	<u>3.683</u>

(15) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2021</u>	<u>Captação</u>	<u>Amortização</u> <u>principal</u>	<u>Encargos,</u> <u>atualização</u> <u>monetária e</u> <u>marcação a</u> <u>mercado</u>	<u>Atualização</u> <u>cambial</u>	<u>Encargos</u> <u>pagos</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/03/2022</u>
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
Pós Fixado							
IPCA	1.597.271	263.107	(20.577)	57.660	-	(18.098)	1.879.363
Gastos com captação	(13.378)	-	-	599	-	-	(12.779)
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	1.656.930	-	(199.815)	9.116	(223.995)	(11.145)	1.231.091
Euro	1.530.681	-	(238.224)	1.634	(231.166)	(1.938)	1.060.988
Marcação a mercado	(44.162)	-	-	31.505	-	-	(12.657)
Total ao valor justo	<u>3.143.449</u>	<u>-</u>	<u>(438.039)</u>	<u>42.255</u>	<u>(455.161)</u>	<u>(13.083)</u>	<u>2.279.421</u>
Total	<u>4.727.341</u>	<u>263.107</u>	<u>(458.616)</u>	<u>100.515</u>	<u>(455.161)</u>	<u>(31.181)</u>	<u>4.146.005</u>
Circulante	771.157						1.661.844
Não circulante	3.956.184						2.484.161

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/03/2022	31/12/2021	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo					
Moeda nacional					
Pós Fixado					
IPCA					
FINEM	IPCA + 4,27% a 4,74% (a)	1.879.363	1.597.271	2020 a 2027	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
Total moeda nacional		1.879.363	1.597.271		
Gastos com captação		(12.779)	(13.378)		
Mensuradas ao valor justo					
Moeda estrangeira					
Dólar					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + Libor 3 meses + 0,99%	280.315	329.258	2023 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + 2,39% a 3,66%	950.776	1.327.672	2022 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
		1.231.091	1.656.930		
Euro					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	Euro + 0,43% a 0,79%	1.060.988	1.530.681	2022 a 2023	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
		1.060.988	1.530.681		
Marcação a mercado		(12.657)	(44.162)		
Total moeda estrangeira		2.279.421	3.143.449		
Total		4.146.005	4.727.341		

Determinados empréstimos bancários, principalmente os contratos em moeda estrangeira possuem swap convertendo variação cambial e taxa pré-fixada para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 30.

Taxa efetiva a.a.:

(a) De 60% a 110% do CDI

Em consonância com o CPC 48, os gastos com captação referem-se aos custos diretamente atribuíveis as dívidas e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito, que a depender das características das dívidas na época das contratações, pode ser registrada em outros resultados abrangentes ou no resultado do período.

Em 31 de março de 2022, os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 12.657 (R\$ 44.162 em 31 de dezembro de 2021), deduzido das perdas não realizadas obtidas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 3.652 (R\$ 28.923 em 31 de dezembro de 2021), contratados para proteção da variação cambial (nota 30), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 9.005 (R\$ 15.239 em 31 de dezembro de 2021).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

A partir de 01/04/2023	278.673
2024	323.316
2025	543.227
2026	166.626
2027	1.182.023
Subtotal	2.493.864
Marcação a mercado	(9.703)
Total	2.484.161

Notas Explicativas

Adições no período:

Modalidade	Total aprovado	Montante liberado em 2022	Pagamento de juro	Amortização de Principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual
Moeda nacional - IPCA - BNDES							
BNDES Direto	312.596	62.521	Trimestral até 07/2023	Mensal após 07/2023	Investimento	IPCA + 4,27%	IPCA + 4,34%
BNDES Direto	1.002.912	200.587	Trimestral	Parcela única em junho de 2027	Investimento	IPCA + 4,27%	IPCA + 4,34%
	<u>1.315.507</u>	<u>263.107</u>					

Condições restritivas:

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Algumas cláusulas contratuais estão vinculadas à índices financeiros da controladora CPFL Energia S.A. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento

Para os empréstimos e financiamentos contratados ou com liberações de recursos ocorridas em 2022, alguns têm cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros, como seguem:

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia S.A.

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras da Companhia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75;
- Dívida Líquida dividida pela (Dívida Líquida + PL) menor ou igual a 0,9.

A definição de EBITDA na controladora CPFL Energia S.A. para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária detida direta ou indiretamente (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

Para os demais empréstimos e financiamentos, os detalhes das condições restritivas estão apresentados na nota 16 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de março de 2022, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

Notas Explicativas**(16) DEBÊNTURES**

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2021	Captação	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/03/2022
Mensuradas ao custo					
Pós fixado					
CDI	1.391.713	750.000	56.511	-	2.198.223
IPCA	888.485	-	33.610	(20.259)	901.837
Total ao custo	2.280.198	750.000	90.121	(20.259)	3.100.060
Gastos com captação	(9.066)	(2.172)	515	-	(10.722)
Total	2.271.133	747.828	90.636	(20.259)	3.089.338
Circulante	289.877				343.625
Não circulante	1.981.256				2.745.713

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/03/2022	31/12/2021	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo					
Pós fixado					
CDI	107% do CDI	(a) 2.198.223	1.391.713	2023 a 2024	Fiança da CPFL Energia
IPCA	IPCA + de 4,42% a 5,05%	(b) 901.837	888.485	2022 a 2025	Fiança da CPFL Energia
Total		3.100.060	2.280.198		
Gastos com captação		(10.722)	(9.066)		
Total		3.089.338	2.271.133		

Taxa efetiva a.a.:

(a) 107,84% do CDI

(b) IPCA + 4,84% a 5,30%

Em consonância com o CPC 48, os gastos com emissão referem-se aos custos diretamente atribuíveis à emissão das debêntures e estas são classificadas como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

A partir de 01/04/2023	914.895
2024	916.773
2025	54.132
2026	54.622
2027	430.291
2028	375.000
Total	2.745.713

Notas Explicativas

Adições no período:

Modalidade	Quantidade emitida	Montantes liberados		Pagamento de juros	Amortização de Principal	Destinação do recurso	Taxa efetiva anual
		em 2022	Líquido dos gastos de captação				
Moeda nacional - CDI							
11ª Emissão	750.000	750.000	747.828	Semestral	2 parcelas anuais a partir de dezembro de 2027	(a)	CDI + 1,59%

(a) Plano de investimentos, refinanciamento de dívidas e reforço de capital de giro.

Condições restritivas

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras da sua controladora CPFL Energia.

Os detalhes das condições restritivas estão apresentados na nota 17 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de março de 2022, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(17) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados, cujas características estão descritas na nota 18 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

17.1 – Movimentações do plano de benefício definido

As movimentações ocorridas no período, no passivo líquido são as seguintes:

Passivo atuarial líquido em 31/12/2021	1.979.238
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	42.496
Contribuições da patrocinadora vertidas no período	(121.142)
Passivo atuarial líquido em 31/03/2022	1.900.592
Outras contribuições	7.814
Total passivo	1.908.407
Circulante	385.778
Não circulante	1.522.628

As despesas reconhecidas como custo da operação estão demonstradas abaixo:

	1º Trimestre 2022	1º Trimestre 2021
Custo do serviço	350	419
Juros sobre obrigações atuariais	161.348	132.545
Rendimento esperado dos ativos do plano	(119.202)	(92.952)
Total da despesa (receita)	42.496	40.012

Premissas atuariais

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial, na data do balanço foram:

Notas Explicativas

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	9,41% a.a.	7,72% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	9,41% a.a.	7,72% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	6,40% a.a.	5,31% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	4,00% a.a.	3,75% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para as taxas nominais acima):	4,00% a.a.	3,75% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca (-30)	Light fraca (-30)
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2012	ExpR_2012
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(18) TAXAS REGULAMENTARES

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	1.453	1.453
Conta de desenvolvimento energético - CDE	28.645	28.645
Bandeiras tarifárias e outros	6	234.928
Total	<u>30.105</u>	<u>265.027</u>

Bandeiras tarifárias e outros: o saldo de 31 de dezembro de 2021 refere-se basicamente a bandeira tarifária (vermelha escassez hídrica) faturada em dezembro de 2021 e homologada em março de 2022 (nota 8).

(19) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	103.515	34.118
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	26.869	12.632
Imposto de renda e contribuição social a recolher	<u>130.384</u>	<u>46.750</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	298.404	375.606
Programa de integração social - PIS	10.311	6.423
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	48.544	30.235
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	-	5.516
Outros	17.219	18.353
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	<u>374.478</u>	<u>436.134</u>
Total Circulante	<u>504.862</u>	<u>482.882</u>
<u>Não circulante</u>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	24.577	24.309
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	7.785	7.692
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	<u>32.362</u>	<u>32.001</u>
Total Não circulante	<u>32.362</u>	<u>32.001</u>

A Companhia possui outros tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujo efeito de potenciais contingências estão divulgados na nota 20.

Notas Explicativas

(20) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/03/2022		31/12/2021	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	74.114	21.401	74.415	21.258
Cíveis	79.419	6.353	79.403	7.262
Fiscais				
Imposto de renda	-	269.123	-	264.117
Outras	11.084	100.254	10.950	98.745
	<u>11.084</u>	<u>369.378</u>	<u>10.950</u>	<u>362.861</u>
Outros	395	-	386	-
Total	<u>165.012</u>	<u>397.132</u>	<u>165.153</u>	<u>391.381</u>

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/03/2022
Trabalhistas	74.415	1.035	(164)	(2.888)	1.716	74.114
Cíveis	79.403	6.667	(1.090)	(9.064)	3.503	79.419
Fiscais	10.950	-	(12)	-	147	11.084
Outros	386	-	-	-	9	395
Total	<u>165.153</u>	<u>7.701</u>	<u>(1.265)</u>	<u>(11.952)</u>	<u>5.375</u>	<u>165.012</u>

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

Os detalhes da natureza das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros e depósitos judiciais estão apresentados na nota 21 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Perdas possíveis: A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021 estavam assim representadas:

	31/03/2022	31/12/2021	Principais causas
Trabalhistas	100.971	100.232	Acidentes de trabalhos, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	538.467	508.480	Danos pessoais e majoração tarifária
Fiscais	1.662.244	1.648.129	Imposto de Renda e Contribuição Social
Fiscais - Outros	468.736	464.435	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS
Regulatório	33.361	32.420	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômica-financeira
Total	<u>2.803.778</u>	<u>2.753.695</u>	

Fiscais - Um dos principais temas se refere a discussões sobre a dedutibilidade para imposto de renda das despesas reconhecidas em 1997 referente à novação de dívida relativa ao plano de pensão dos funcionários da Companhia perante a Fundação CESP ("Vivest") no montante estimado de R\$ 1.530.515

Notas Explicativas

havendo depósitos judiciais no valor de R\$ 24.187 e garantias financeiras (seguros e fianças bancárias) no valor total de R\$ 1.744.407, nos termos exigidos pela legislação processual. Adicionalmente, discute-se juros que incidiram sobre depósito judicial levantado pela Companhia no montante de R\$ 267.199 e que se encontram depositados em juízo. Em 23 de maio, 06 de junho e 17 de setembro de 2019, o recurso especial do principal processo foi julgado perante a Segunda Turma de Direito Público do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de maneira desfavorável para a Companhia, cuja decisão foi publicada em seu integral teor em 26 de junho de 2020, sobre o qual foram opostos embargos de declaração em 04 de agosto de 2020, que aguardam julgamento. Adicionalmente, a Companhia possui um recurso extraordinário em tramitação no Supremo Tribunal Federal (STF). Em 3 de agosto de 2021, foi proferida decisão monocrática, por um dos Ministros da Segunda Turma, negando provimento ao agravo e não admitindo o recurso extraordinário com base em aspectos formais e processuais, sem avaliação do mérito do caso. Referida decisão foi objeto de recurso para o colegiado da Segunda Turma, quando todos os demais Ministros terão a oportunidade de avaliar o recurso. Com base no atual estágio de tramitação dos processos, tanto no STJ quanto no STF e na opinião de seus assessores legais, a Companhia permanece confiante nos fundamentos jurídicos apresentados e continuará os defendendo perante o Poder Judiciário, mantendo o prognóstico de risco de perda dos processos como não provável, tendo no STF uma nova oportunidade de análise para o caso, focadamente constitucional, com robustos fundamentos, a indicar significativa viabilidade de êxito dos recursos extraordinários, bem como continuará tentando evitar possíveis saídas de caixa caso venha a ser requerida a substituir as garantias financeiras existentes por depósito em dinheiro.

Trabalhistas - No tocante às contingências trabalhistas o Supremo Tribunal Federal reafirmou em dezembro/21 a aplicação do IPCA-E para os débitos na fase pré-processual e a SELIC para após o ajuizamento das ações, mantendo modulação dos efeitos da decisão, conforme andamento processual, respaldando os pagamentos já realizados com a atualização pela TR. A Administração da Companhia esclarece que realiza a liquidação individualizada dos casos trabalhistas, nos termos das respectivas decisões e não identificou em análise preliminar alteração material. Assim, a Companhia permanece acompanhando a aplicação das decisões do STF aos seus casos até que sobrevenha solução legislativa para alteração da TR.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

(21) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Consumidores e concessionárias	89.314	74.143	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	181.370	172.468	-	15.490
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	102.307	106.246	13.116	6.602
EPE / FNDCT / PROCEL (*)	35.095	31.461	-	-
Adiantamentos	69.983	90.367	3.929	4.322
Juros sobre empréstimo compulsório	161	161	-	-
Folha de pagamento	4.520	6.535	-	-
Participação nos lucros	37.998	29.855	7.469	7.469
Convênios de arrecadação	55.145	51.389	-	-
Outros	8.488	20.666	1.670	1.524
Total	584.382	583.291	26.184	35.408

(*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

Notas Explicativas**(22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

A participação dos acionistas no patrimônio líquido da Companhia em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações		
	Ordinárias	Total	%
CPFL Energia S/A	880.653.030	880.653.030	100,00
Ações em tesouraria	1	1	-
Total	880.653.031	880.653.031	100,00

Os detalhes dos itens incluídos no patrimônio líquido estão descritos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 (nota 23).

(23) LUCRO POR AÇÃO**Lucro por ação – básico e diluído**

O cálculo do lucro por ação básico e diluído para os trimestres findos em 31 de março de 2022 e 2021 foi baseado no lucro líquido do período atribuível aos acionistas controladores e o número de ações ordinárias em circulação durante os períodos apresentados:

	1° Trimestre 2022	1° Trimestre 2021
Numerador		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	334.285	246.813
Denominador		
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias	880.653.031	880.653.031
Lucro líquido básico por ação ordinária - R\$	0,38	0,28

Para os trimestres findos em 31 de março de 2022 e 2021 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ações que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

Notas Explicativas

(24) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Nº de Consumidores		GWh		R\$ mil	
	31/03/2022	31/03/2021	1º Trimestre 2022	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2022	1º Trimestre 2021
Receita de operações com energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	4.417.866	4.310.703	2.608	2.725	2.366.353	2.068.234
Industrial	25.223	26.665	450	521	369.082	346.309
Comercial	239.123	239.212	965	1.002	850.838	714.254
Rural	74.098	81.075	209	243	144.346	128.843
Poderes públicos	29.356	28.981	169	157	139.270	104.765
Iluminação pública	6.673	6.748	248	251	148.861	108.201
Serviço público	5.247	5.224	281	315	213.777	187.267
Fornecimento faturado	4.797.586	4.698.608	4.930	5.214	4.232.527	3.657.873
Consumo próprio	462	459	6	6	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	-	-	201.082	25.451
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(1.617.764)	(1.634.948)
Fornecimento de energia elétrica	4.798.048	4.699.067	4.936	5.219	2.815.845	2.048.376
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas			28	48	11.498	14.667
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo			-	-	(2.851)	(2.487)
Energia elétrica de curto prazo			585	445	40.328	68.868
Suprimento de energia elétrica			613	493	48.975	81.048
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo					1.620.615	1.637.435
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre					544.266	490.439
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos					(12.714)	(15.141)
Receita de construção da infraestrutura de concessão					432.059	246.226
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 9)					(615.012)	103.559
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 11)					125.059	99.105
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares					171.798	134.360
Outras receitas e rendas					68.915	57.045
Outras receitas operacionais					2.334.986	2.753.028
Total da receita operacional bruta					5.199.805	4.882.452
Deduções da receita operacional						
ICMS					(875.783)	(772.520)
PIS					(58.779)	(74.922)
COFINS					(270.733)	(345.094)
ISS					(175)	(129)
Conta de desenvolvimento energético - CDE					(697.152)	(476.836)
Programa de P & D e eficiência energética					(29.306)	(28.237)
PROINFA					(25.898)	(19.928)
Bandeiras tarifárias e outros					242.874	(2.833)
Outros					(4.360)	(3.346)
					(1.719.312)	(1.723.845)
Receita operacional líquida					3.480.492	3.158.607

24.1 - Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

As informações referentes à contabilização e histórico estão descritas na nota 25.1 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

24.2 - Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) e Revisão Tarifária Periódica (“RTP”)

Em 22 de abril de 2021, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) Nº 2.854, relativo ao reajuste tarifário anual - RTA, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, em 17,62%, sendo 19,53% referentes ao reajuste tarifário econômico e -1,91% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 8,95%.

Como o reajuste tarifário foi postergado até o dia 22 de abril de 2021 por meio da Resolução Homologatória nº 2.831/2021, para que fossem finalizados os cálculos pela ANEEL, as tarifas apresentadas na Resolução Homologatória nº 2.670/2020 ficaram vigentes até o dia 21 de abril de 2021.

Em 08 de abril de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.670/2020, relativo ao reajuste tarifário anual - RTA, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, em 14,90%, sendo 6,09% referentes ao reajuste tarifário econômico e 8,80% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores foi de 6,05%.

24.3 – Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários

No primeiro trimestre de 2022, foi registrada receita de R\$ 171.798 (R\$ 134.360 no primeiro trimestre de 2021), sendo (i) R\$ 26.438 (R\$ 19.309 no primeiro trimestre de 2021) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 100.773 (R\$ 104.186 no primeiro trimestre de 2021) referentes a descontos tarifários, (iii) R\$ 44.587 (R\$ 10.865 no primeiro trimestre de 2021) de subvenção CCRBT e (iv) R\$ 18 no primeiro trimestre de 2021 de desconto tarifário – liminares.

Notas Explicativas

24.4 – Conta de desenvolvimento energético – (“CDE”)

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória (“REH”) nº 3.004, de 14 de dezembro de 2021 estabeleceu as quotas mensais provisórias da CDE, relativas à competência de janeiro a abril de 2022 a serem recolhidas pelas concessionárias de distribuição. A quota anual provisória é apresentada na Nota Técnica nº 294/2021-SGT-SRG-SFF-SRD/ANEEL da Consulta Pública – CP 081 de 2021.

Criada por meio da REN nº 885, de 23 de junho de 2020, a Conta-Covid teve suas quotas homologadas por meio do despacho nº 181, de 26 de janeiro de 2021, posteriormente retificadas por meio do despacho nº 939, de 05 de abril de 2021, os valores são pagos a partir do mês subsequente ao processo tarifário da distribuidora.

(25) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		R\$ mil	
	1º Trimestre 2022	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2022	1º Trimestre 2021
<u>Energia comprada para revenda</u>				
Energia de Itaipu Binacional	1.123	1.156	293.004	434.253
PROINFA	105	105	81.262	47.073
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais e energia de curto prazo	5.595	5.652	1.159.167	1.242.879
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(133.985)	(150.850)
Subtotal	6.824	6.913	1.399.448	1.573.356
<u>Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</u>				
Encargos da rede básica			332.403	352.386
Encargos de transporte de itaipu			28.179	36.922
Encargos de conexão			8.717	7.317
Encargos de uso do sistema de distribuição			5.502	4.754
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)			214.040	165.235
Encargos de energia de reserva - EER			76.884	16.239
Crédito de PIS e COFINS			(61.579)	(53.913)
Subtotal			604.146	528.941
Total			2.003.594	2.102.297

(*) Conta de energia de reserva

Notas Explicativas

(26) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Despesas operacionais											
	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Vendas		Gerais e administrativas		Outros		Total	
	1º Trimestre 2022	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2022	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2022	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2022	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2022	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2022	1º Trimestre 2021
Pessoal	76.601	72.097	-	-	10.664	10.386	20.588	19.625	-	-	107.854	102.108
Entidade de previdência privada	42.496	40.012	-	-	-	-	-	-	-	-	42.496	40.012
Material	24.114	18.488	213	157	139	42	1.960	1.149	-	-	26.427	19.836
Serviços de terceiros	39.005	35.740	526	480	31.651	33.301	29.562	32.174	-	-	100.743	101.694
Custos com construção da infraestrutura	-	-	432.059	246.226	-	-	-	-	-	-	432.059	246.226
Outros	1.199	534	10	22	10.327	11.075	16.944	18.876	7.437	680	35.917	31.187
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	10.250	11.017	-	-	-	-	10.250	11.017
Arrendamentos e aluguéis	151	-	-	-	-	-	172	469	-	-	322	469
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	1.074	1.084	-	-	1.074	1.084
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	11.828	12.739	-	-	11.828	12.739
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	378	337	-	-	378	337
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	6.686	(108)	6.686	(108)
Outros	1.048	534	10	22	77	58	3.492	4.247	750	787	5.377	5.648
Total	183.414	166.870	432.809	246.885	52.782	54.805	69.054	71.824	7.437	680	745.495	541.064

Notas Explicativas**(27) RESULTADO FINANCEIRO**

	<u>1º Trimestre 2022</u>	<u>1º Trimestre 2021</u>
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	13.834	5.877
Acréscimos e multas moratórias	44.409	40.307
Atualização de créditos fiscais	47.334	583
Atualização de depósitos judiciais	7.302	1.516
Atualizações monetárias e cambiais	12.895	30.023
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	4.964	1.057
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 8)	77.936	-
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(9.723)	(4.091)
Outros	6.256	5.845
Total	205.207	81.117
Despesas		
Encargos de dívidas	(99.640)	(44.692)
Atualizações monetárias e cambiais	(123.087)	(64.880)
(-) Juros capitalizados	5.671	3.428
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 8)	(6.386)	(2.750)
Outros	(62.625)	(3.342)
Total	(286.067)	(112.236)
Resultado financeiro	(80.860)	(31.120)

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos das perdas com instrumentos derivativos no montante de R\$ 480.186 no primeiro trimestre de 2022 (ganhos de R\$ 178.355 no primeiro trimestre de 2021) (nota 30).

(28) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Informações de acionistas controladores, principais naturezas e transações estão descritas na nota 29 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

A remuneração total do pessoal-chave da administração no primeiro trimestre de 2022, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05(R1) - Partes Relacionadas foi de R\$ 2.162 (R\$ 1.826 no primeiro trimestre de 2021). Este valor é composto por R\$ 2.123 (R\$ 1.771 no primeiro trimestre de 2021) referente a benefícios de curto prazo e R\$ 39 (R\$ 55 no primeiro trimestre de 2021) de outros benefícios pós-emprego de longo prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China) referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia:

Empresas	<u>Passivo</u>	<u>Despesa / Custo</u>	
	<u>31/03/2022</u>	<u>1º Trimestre 2022</u>	<u>1º Trimestre 2021</u>
Encargos - Rede básica			
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	-	38.053	37.274
Intangível, materiais e prestação de serviço			
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	71	205	-

Notas Explicativas

Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A.:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa / Custo	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	1º Trimestre 2022	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2022	1º Trimestre 2021
Alocação de despesas entre empresas								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	11	4	-	29	-	-	(45)	(39)
CPFL Comercialização Cone Sul S.A.	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
CPFL Brasil Varejista S.A.	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
Companhia Piratininga de Força e Luz	1.357	1.056	1.476	1.474	-	-	1.205	1.121
Companhia Jaguarí de Energia	727	622	138	142	-	-	(1.592)	(1.433)
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	2.620	2.124	352	344	-	-	(7.130)	(5.707)
ALESTA Soc. Cred Direto S.A.	19	-	-	-	-	-	-	-
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	(139)	(28)
CPFL Energia S.A.	95	71	-	-	-	-	(277)	(197)
CPFL Renováveis - Consolidado	26	-	27	61	-	-	42	(56)
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	41	19	20	2	-	-	(12)	-
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	4	-	-	-	-	-	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	6	-	-	-	-	(4)	(5)
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	86	-	-	-	-	-	(1)
CPFL GD S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Nect Serviços Administrativos de Recursos Humanos Ltda.	-	27	-	4	-	-	-	-
Nect Serviços Administrativos Financeiros Ltda.	-	9	-	-	-	-	-	-
Nect Serviços Administrativos de Suprimentos e Logísticas Ltda.	-	18	4	-	-	-	-	-
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
Arrendamento e aluguel								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	-	71	52	-	-
CPFL Comercialização Cone Sul S.A.	-	-	-	-	1	1	-	-
CPFL Brasil Varejista S.A.	-	-	-	-	1	1	-	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	-	-	309	252	-	-
Companhia Jaguarí de Energia	-	-	-	-	45	30	-	-
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	-	-	-	-	43	30	-	-
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	281	37	-	-
CPFL Centrais Geradoras Ltda.*	-	-	-	-	-	1	-	-
CPFL Energia S.A.	-	-	-	-	2	-	-	-
CPFL Renováveis - Consolidado	90	456	-	-	(126)	75	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	116	90	-	-	14	14	-	-
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	-	-	96	75	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	-	6	7	-	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	-	-	-	1	-	-
CPFL GD S.A.	-	-	-	-	-	1	-	-
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	-	-	1	1	-	-
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S.A.	-	-	31.260	31.260	-	-	-	-
Intangível, materiais e prestação de serviço								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	-	-	-	80	-
Companhia Jaguarí de Energia	15	-	-	-	-	-	-	-
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	-	-	10	-	-	-	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. (*)	4.719	20.422	36.875	32.121	-	-	81.400	65.397
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	21	21	1.845	2.153	-	-	5.845	9.057
Nect Serviços Administrativos de Infraestrutura Ltda.	-	-	580	562	-	-	1.848	1.581
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	17	-	-	-	39	30	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	31	1.024	-	-	140	2.779
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	978	978	-	-	-	-
Nect Serviços Administrativos de Recursos Humanos Ltda.	-	-	543	500	-	-	1.585	1.399
Nect Serviços Administrativos Financeiros Ltda.	-	-	457	425	-	-	1.356	1.248
Nect Serviços Administrativos de Suprimentos e Logísticas Ltda.	-	-	626	748	-	-	2.076	1.290
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	-	-	-	-	65	-	-
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	-	-	-	67	-	-
Compra e venda de energia e encargos								
Companhia Piratininga de Força e Luz	1.804	1.885	-	-	5.288	4.900	-	-
CPFL Geração de Energia S.A.	420	-	13.809	-	-	-	19.599	-
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	31	23	-	-	67	64
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	3.739	14.115	-	-	8.336	19.874
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	512	385	-	-	1.142	1.076
Campos Novos Energia S.A.	-	-	54.872	56.732	-	-	83.703	66.228
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	-	-	14.871	-	-	22.067	32.933
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	37.268	37.288	-	-	105.851	82.153
CPFL Renováveis - Consolidado	435	357	18.717	18.801	1.501	1.219	54.370	42.184
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	6	6	-	-	-	-	-	-
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	-	302	302	-	-	2.626	2.479
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	63	63	-	-	3.759	2.935
Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-T	-	-	-	1.201	-	-	4.241	-
Outros								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	378	337

(*) Intangível, ativo contratual em curso, materiais e prestação de serviços:

Aquisição de imobilizado e intangível – A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e construção civil no período. Do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados como ativo contratual da Companhia o montante de R\$ 10.380 no primeiro trimestre de 2022 (R\$ 1.298 no primeiro trimestre de 2021), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

Notas Explicativas

(29) GESTÃO DE RISCOS

As informações sobre a estrutura do gerenciamento de risco e os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia estão divulgados na nota explicativa nº 31 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(30) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	31/03/2022	
				Contábil	Valor Justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	677.712	677.712
Derivativos	30	(a)	Nível 2	152.804	152.804
Ativo financeiro da concessão	10	(a)	Nível 3	5.671.643	5.671.643
Total				6.502.159	6.502.159
Passivo					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	15	(b)	Nível 2 (***)	1.866.584	1.866.584
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	15	(a)	Nível 2	2.279.421	2.279.421
Debêntures - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	3.089.338	3.063.187
Derivativos	30	(a)	Nível 2	52.834	52.834
Total				7.288.177	7.262.027

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou uma perda de R\$ 31.505 no 1º Trimestre de 2022 (um ganho de R\$ 63.306 no 1º Trimestre de 2021).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

Legenda

Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos instrumentos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas informações contábeis intermediárias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias; (ii) contas a receber – CDE; (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados; (iv) serviços prestados a terceiros; (v) convênios de arrecadação; e (vi) ativo financeiro setorial.
- Passivos financeiros: (i) fornecedores; (ii) taxas regulamentares; (iii) consumidores, concessionárias e permissionárias a pagar; (iv) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e

Notas Explicativas

Tecnológico – FNDCT; (v) Empresa de Pesquisa Energética – EPE; (vi) Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL; (vii) convênios de arrecadação; (viii) descontos tarifários – CDE e (ix) passivo financeiro setorial.

Adicionalmente, não houve no primeiro trimestre de 2022, transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de uma, é considerada o menor *rating* entre elas. A Administração não identificou para o primeiro trimestre de 2022 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 16). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de março de 2022 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)		Valores a custo, líquidos ⁽¹⁾	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nacional	
	Ativo	Passivo							
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo									
Hedge variação cambial									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	152.804	-	152.804	153.872	(1.068)	US\$ + (Libor 3 meses + 0,99%) ou (2,39% a 3,66%)	106,4% ou CDI + 0,80% a 0,89%	Fev/22 a fev/25	1.062.947
Empréstimos bancários - Lei 4.131	-	(52.834)	(52.834)	(50.251)	(2.584)	Euro + 0,43% a 0,57%	CDI + 0,58 a 1,10%	fev/23 a mar/23	1.100.880
Total	152.804	(52.834)	99.970	103.622	(3.652)				
Circulante	86.944	(52.834)							
Não circulante	65.860	-							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas, vide notas 16.

⁽¹⁾ Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nomenclal refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

Notas Explicativas

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2021	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/03/2022
Derivativos				
Para dívidas designadas a valor justo	672.448	(503.567)	(65.260)	103.622
Marcação a mercado (*)	(28.923)	25.271	-	(3.652)
Total	643.526	(478.296)	(65.260)	99.970
Ativo circulante	212.159			86.944
Ativo não circulante	431.367			65.860
Passivo circulante	-			(52.834)

(*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente do primeiro trimestre de 2022 refere-se aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos são: ganho de R\$ 25.271, para as dívidas designadas a valor justo.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (nota 16).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para o primeiro trimestre de 2022 e 2021, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de receita e despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado		Ganho (Perda) no resultado abrangente	
	1º Trimestre 2022	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2022	1º Trimestre 2021
Variação cambial	(503.567)	265.386	-	-
Marcação a mercado	23.381	(87.031)	1.889	941
Total	(480.186)	178.355	1.889	941

c) Ativos financeiros da concessão

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado no primeiro trimestre de 2022 foi de R\$ 127.726 (R\$ 103.516 no primeiro trimestre de 2021), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota 10.

d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

e) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos

Notas Explicativas

indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

e.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de março de 2022 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apresiasião cambial de 25%(c)	Apresiasião cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(1.223.190)		(125.242)	211.866	548.974
Derivativos - swap plain vanilla	1.243.797		127.351	(215.436)	(558.223)
	20.607	baixa dolar	2.109	(3.570)	(9.249)
Instrumentos financeiros passivos	(1.056.231)		(131.223)	165.641	462.504
Derivativos - swap plain vanilla	1.066.919		132.551	(167.317)	(467.184)
	10.688	baixa euro	1.328	(1.676)	(4.680)
Total	31.295		3.437	(5.246)	(13.929)
Efeitos no resultado abrangente acumulado			469	(793)	(2.054)
Efeitos no resultado do período			2.969	(4.453)	(11.875)

(a) A taxa de câmbio considerada em 31.03.2022 foi de R\$ 4,74 para o dólar e R\$ 5,26 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo a taxa de cambio considerada de R\$ 5,22 e R\$ 5,91 e a depreciação cambial de 10,24% e 12,42%, do dólar e do euro respectivamente em 31.03.2022.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM n° 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro ser um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro e, portanto, o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

e.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de março de 2022 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa no período	Taxa cenário provável (a)	Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	671.086				88.516	110.645	132.774
Instrumentos financeiros passivos	(2.198.224)				(289.946)	(362.432)	(434.919)
Derivativos - swap plain vanilla	(2.210.746)				(291.597)	(364.497)	(437.396)
	(3.737.884)	alta CDI	6,41%	13,19%	(493.027)	(616.284)	(739.541)
Instrumentos financeiros passivos	(2.781.200)				(214.987)	(161.240)	(107.493)
Ativo financeiro da concessão	5.671.643				438.418	328.814	219.209
	2.890.443	baixa IPCA	11,30%	7,73%	223.431	167.574	111.716
Ativos e passivos financeiros setoriais	1.011.211				133.379	100.034	66.689
Instrumentos financeiros ativo	-				-	-	-
	1.011.211	baixa SELIC	6,41%	13,19%	133.379	100.034	66.689
Total	163.770				(136.217)	(348.676)	(561.136)
Efeitos no resultado abrangente acumulado					(136)	(169)	(203)
Efeitos no resultado do período					(136.081)	(348.507)	(560.933)

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM n° 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

f) Risco de crédito

Risco de crédito é o da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e

Notas Explicativas

de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 6 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Contas a receber e ativos de contrato - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma “Receita ajustada”, refletindo a percepção da Companhia sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios, como segue:

Classe	Dias	Período
Residencial	90	Receita de 3 meses anteriores ao mês atual
Comercial e outras receitas	180	Receita de 6 meses anteriores ao mês atual
Industrial, rural, poder público em geral	360	Receita de 12 meses anteriores ao mês atual
Não faturado	-	Utiliza receita do próprio mês

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice “Ajustado” de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PCLD”) para o mês, que foi determinado dividindo-se a “PCLD Real” pela “Receita Ajustada” de cada mês. Na sequência, a PCLD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais “Ajustados”, e aplicada sobre a receita real do mês corrente.

Com base neste critério, o percentual de PCLD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel.

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra contábil descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default - PD*”), Exposição na Inadimplência (“*Exposure at Default - EAD*”) e Perda Dada a Inadimplência (“*Loss Given Default - LGD*”).

Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, além dos efeitos da pandemia causada pelo COVID 19 e que estão considerados em nossa metodologia de cálculo, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuísem correlação direta ao nível de inadimplência.

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-.

Notas Explicativas

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para o primeiro trimestre de 2022 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor *rating* entre elas (nota 30 b). A Administração não identificou para o primeiro trimestre de 2022 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(31) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

No primeiro trimestre de 2022, a Companhia possuía um valor de R\$ 5.671 (R\$ 3.428 no primeiro trimestre de 2021) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição (nota 27).

(32) EVENTO SUBSEQUENTE

32.1 Reajuste tarifário

Em 05 de abril de 2022, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) Nº 3.018, relativo ao reajuste tarifário anual - RTA, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, em 12,77%, sendo 11,54% referentes ao reajuste tarifário econômico e 1,23% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 14,97%.

32.2 Conta de Escassez Hídrica

Em razão dos descasamentos financeiros que as distribuidoras vinham suportando em função dos custos decorrentes das medidas de enfrentamento da crise hídrica, mas também dos efeitos associados à questões macroeconômicas como a inflação, o câmbio e a alta do preço internacional dos combustíveis, o Poder Executivo Federal instaurou a Medida Provisória nº 1.078, de 13 de dezembro de 2021, dando condições para a contratação de uma operação de crédito em favor das distribuidoras, que possibilitou a estruturação de operações financeiras utilizando a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE como veículo para a sua amortização. Em 13 de janeiro de 2022, o Decreto nº 10.939 regulamentou a MP nº 1.078/2021, no que diz respeito às medidas destinadas ao enfrentamento dos impactos financeiros no setor elétrico decorrentes da situação de escassez hídrica.

Atendendo ao decreto presidencial, e com base na proposta desenvolvida pelas áreas técnicas da Agência, a ANEEL instaurou a Consulta Pública nº 02/2022 com o objetivo de prover recursos às distribuidoras para cobrir os custos adicionais decorrentes da escassez hídrica, instituindo valores teto ao empréstimo para os seguintes itens: i) Estimativa do saldo da conta de bandeiras para abril de 2022; ii) Despesas do programa de incentivo à redução de consumo (Bônus); iii) Custo de Importação de julho e agosto de 2021 homologada pela CREG; iv) Diferimentos tarifários de 2021 e 2022 e; v) receita de maio a dezembro de 2022 do Procedimento Competitivo Simplificado - PCS de 2021.

Após a consolidação dos limites de empréstimo por distribuidora, divulgados pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 1.008/2022, a Companhia solicitou o empréstimo integral dos itens que compõe a primeira tranche da operação, valores dispostos abaixo, por se tratar de valores conhecidos e que não geram riscos de custos acessórios.

Notas Explicativas

<u>Item</u>	<u>R\$</u>
Bônus do programa RIC	101.923
Custo Importação de Energia	49.528
Diferimento Tarifa 2021	234.987
Total	386.438

A Companhia também manifestou interesse em receber cobertura para os demais itens do empréstimo, sobre o saldo da conta bandeiras de abr/22, a ser repassado às distribuidoras em jun/22, mas ainda coberto na 1ª Tranche, e repasses mensais de mai/22 à dez/22 relativo ao Procedimento Competitivo Simplificado, que elevou os custos das distribuidoras pela contratação de reserva de capacidade, a fim de garantir a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no País, a ser considerados em uma eventual 2ª Tranche.

Notas Explicativas

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LUIS HENRIQUE FERREIRA PINTO
Presidente

YUEHUI PAN
Vice Presidente

LUIZ HENRIQUE DE SOUZA
Conselheiro

DIRETORIA

ROBERTO SARTORI
Diretor Presidente

YUEHUI PAN
Diretor Financeiro
e de Relações com Investidores

RAFAEL LAZZARETTI
Diretor Comercial

OSVANIL OLIVEIRA PEREIRA
Diretor de Operações

JAIRO EDUARDO DE BARROS ALVARES
Diretor de Assuntos Regulatórios

FLAVIO HENRIQUE RIBEIRO
Diretor Administrativo

DIRETORIA DE CONTABILIDADE

SÉRGIO LUIS FELICE
Diretor de Contabilidade
CT CRC 1SP192.767/O-6

ANA PAULA PERESSIM DE PAULO
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras
CT CRC 1SP217200/O-6

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Companhia Paulista de Força e Luz

Informações Trimestrais (ITR) em 31 de março de 2022 e relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas

Companhia Paulista de Força e Luz

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Paulista de Força e Luz ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa Demonstração do Valor Adicionado não foi elaborada em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão das cifras do ano anterior

As informações trimestrais (ITR) mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado, resultado abrangente, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do trimestre findo em 31 de março de 2021, obtidas das informações trimestrais (ITR) daquele trimestre, e aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais (ITR) do trimestre findo em 31 de março de 2021 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 11 de maio de 2021 e 17 de março de 2022, respectivamente, sem ressalvas.

Campinas, 9 de maio de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da Companhia Paulista de Força e Luz, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte - Jardim Professora Tarcília - CEP 13087-397, na cidade de Campinas - São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 33.050.196/0001-88, declaram que:

- a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Paulista de Força e Luz do período findo em 31 de março de 2022;
- b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Paulista de Força e Luz do período findo em 31 de março de 2022.

Campinas, 9 de maio de 2022.

Roberto Sartori
Diretor Presidente

Yuehui Pan
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Ana Paula Peressim de Paulo
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da Companhia Paulista de Força e Luz, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte - Jardim Professora Tarcília - CEP 13087-397, na cidade de Campinas - São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 33.050.196/0001-88, declaram que:

- a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Paulista de Força e Luz do período findo em 31 de março de 2022;
- b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Paulista de Força e Luz do período findo em 31 de março de 2022.

Campinas, 9 de maio de 2022.

Roberto Sartori
Diretor Presidente

Yuehui Pan
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Ana Paula Peressim de Paulo
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras